

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 5/XII/2.^a SL

Aos 10 dias do mês de Outubro de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1- Distribuição de iniciativas legislativas;
- 2- Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - Projeto de Lei n.º 286/XII/2.^a (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa em matéria de acesso a documentos;
 - Projeto de Lei n.º 287/XII/2.^a (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos Serviços de Informações;
 - Projeto de Lei n.º 288/XII/2.^a (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, consagrando o «período de nojo» para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades;
Relator - Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);
- 3- Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
- 4- Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:
 - COM(2012)526 - Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 573/2007/CE, a Decisão n.º 575/2007/CE e a Decisão 2007/435/CE do Conselho, com vista a aumentar a taxa de cofinanciamento do Fundo Europeu para os Refugiados, do Fundo Europeu de Regresso e do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros, no que diz respeito a determinadas disposições relacionadas com a gestão financeira, a favor de certos Estados-Membros confrontados ou ameaçados com dificuldades graves de estabilidade financeira;
 - COM(2012)527 - Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 574/2007/CE, com vista a aumentar a taxa de cofinanciamento do Fundo para as Fronteiras Externas a favor de certos Estados-Membros confrontados ou ameaçados com dificuldades graves de estabilidade;
 - COM(2012)427 - Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Desenvolvimento da Rede Europeia das Migrações [SWD(2012)240];
Relatora - Deputada Maria Paula Cardoso (PSD);
 - COM(2012)415 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Eventuais vantagens e desvantagens de uma limitação a duas categorias de armas de fogo (proibidas ou autorizadas), com vista a melhorar o funcionamento do mercado interno relativamente aos produtos em causa, através de uma eventual simplificação;
Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD);
- 5- Outros assuntos.

11:00 Horas - Audiência do Senhor Provedor de Justiça da República de Moçambique, Dr. José Abudo.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 5/XII/2.^a SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, o Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) apresentou brevemente o seu parecer sobre as três iniciativas legislativas, tendo a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) elogiado o rigor do parecer e das respetivas notas técnicas e debatido algumas das questões suscitadas pelos pareceres acerca das soluções normativas constantes dos Projetos de Lei. Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV, após uma sua breve apresentação pela Relatora, Senhora Deputada Maria Paula Cardoso (PSD), os relatórios sobre as iniciativas europeias COM(2012)526 - *Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 573/2007/CE, a Decisão n.º 575/2007/CE e a Decisão 2007/435/CE do Conselho, com vista a aumentar a taxa de cofinanciamento do Fundo Europeu para os Refugiados, do Fundo Europeu de Regresso e do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros, no que diz respeito a determinadas disposições relacionadas com a gestão financeira, a favor de certos Estados-Membros confrontados ou ameaçados com dificuldades graves de estabilidade financeira*; COM(2012)527 - *Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 574/2007/CE, com vista a aumentar a taxa de cofinanciamento do Fundo para as Fronteiras Externas a favor de certos Estados-Membros confrontados ou ameaçados com dificuldades graves de estabilidade e* COM(2012)427 - *Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Desenvolvimento da Rede Europeia das Migrações [SWD(2012)240]*.

Por fim, foi apresentado o parecer sobre a iniciativa COM(2012)415 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Eventuais vantagens e desvantagens de uma limitação a duas categorias de armas de fogo (proibidas ou autorizadas), com vista a melhorar o funcionamento do mercado interno relativamente aos produtos em causa, através de uma eventual simplificação*, de que era Relator o

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 5/XII/2.^a SL

Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Pelas 11 horas, teve início a audiência do Senhor Provedor de Justiça da República de Moçambique, Dr. José Abudo.

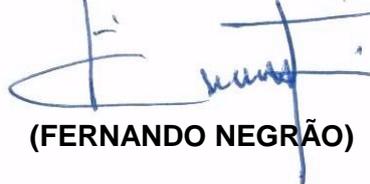
O Senhor Presidente, depois de ter cumprimentado o Senhor Provedor de Justiça da República de Moçambique e o Senhor Provedor de Justiça de Portugal, Dr. Alfredo José de Sousa, deu a palavra a este último, que, numa breve intervenção, deu conta da cooperação levada a cabo entre a Provedoria de Justiça portuguesa e a da República de Moçambique, nos termos da qual se solicitou a realização da presente audiência.

Usou da palavra, de seguida, o Dr. José Abudo, que se apresentou e ao órgão que representa, tendo-lhe sido colocadas questões pelos Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Hugo Velosa (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP), Cecília Honório (BE) e Isabel Moreira (PS), aos quais respondeu o Senhor Provedor de Justiça da República de Moçambique.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de Outubro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 08-11-2012



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 5/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lação
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Teresa Anjinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Rios de Oliveira
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia